

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO**

**Maísa Medeiros Pacheco de Andrade**

**O DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL DE ACESSO À ENERGIA  
ELÉTRICA E A ATUAÇÃO ESTATAL**

**Natal  
2009**

Maísa Medeiros Pacheco de Andrade

O DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL DE ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA E A  
ATUAÇÃO ESTATAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em Direito da Universidade Federal  
do Rio Grande do Norte, como requisito para a  
obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Doutor. Yanko Marcius de Alencar Xavier

**NATAL**  
**2009**

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA  
Divisão de Serviços Técnicos

Andrade, Máisa Medeiros Pacheco de.

O direito social fundamental de acesso à energia elétrica e a atuação estatal / Máisa Medeiros Pacheco de Andrade. – Natal: UFRN, 2009.  
180 f.

Orientador: Prof. Dr. Yanko Marcius de Alencar Xavier.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em  
Direito.

1. Direito - Dissertação. 2. Direitos fundamentais - Dissertação. 3.  
Energia - Dissertação. 4. Atuação estatal - Dissertação. I. Xavier, Yanko  
Marcius de Alencar. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III.  
Título.

RN/BS/CCSA

CDU 342.7(81)(043.3)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
CURSO DE MESTRADO

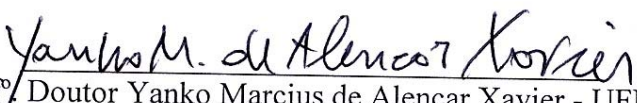
Mestrando: MAISA MEDEIROS PACHECO DE ANDRADE


Título: “O DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL DE ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA E A ATUAÇÃO ESTATAL”.

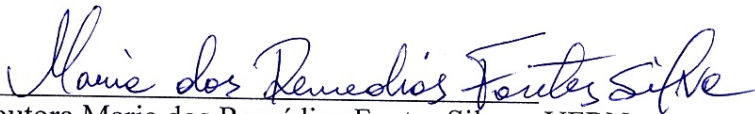
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em: 15/10/09.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof.<sup>o</sup> Doutor Yanko Marcius de Alencar Xavier - UFRN  
Presidente

  
Prof.<sup>o</sup> Doutor Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior – UERN  
1<sup>a</sup> Examinador

  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN  
2<sup>a</sup> Examinadora

Natal (RN)  
Outubro/2009

*"Se queremos um mundo de paz e de justiça  
temos que pôr decididamente a inteligência  
a serviço do amor."*

**Antoine de Saint-Exupéry**

*À minha mãe, Maria.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar tenho que agradecer, sem sombras de dúvidas, ao meu queridíssimo professor-orientador Yanko Marcius por ter tido a humildade em dedicar todo o seu conhecimento, competência e paciência a orientação deste trabalho, demonstrando ser em todos os momentos uma pessoa simples, de caráter ilibado e de inteligência inigualável.

Aos meus colegas de mestrado, em especial aos meus grandes e fiéis amigos, Mariana de Siqueira, Aline Lemos, Benício de Sá, Karoline Marinho e Anna Emanuella Santos pelas partilhas, companheirismo, incentivo e apoio constantes.

À Sara e à doce Lígia, esta especial, por ter se mostrado durante todo o decorrer do curso uma profissional solícita e compreensiva.

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte e à coordenação do Programa de pós-graduação em Direito pelo apoio financeiro despendido para a realização de viagens aos eventos jurídicos de que participei.

À professora Maria dos Remédios pelas fundamentais orientações acerca da estrutura do presente trabalho.

À Márcia Toscano por ter compartilhado comigo muitas de minhas angústias e inseguranças, ajudando-me, brilhantemente, a superar muitas delas.

À minha família pelo apoio a mim despendido.

A Agripino pela paciência diante de minhas constantes ausências.

A Victor Giordano e Silvana Moura pela ajuda imprescindível na elaboração do abstract.

A Deus por ter sido minha única companhia durante as noites passadas em claro.

## RESUMO

A energia elétrica é um bem imprescindível para todos os seres humanos, pois através dela torna-se possível o desfrute de uma vida digna, mediante o gozo de condições materiais mínimas de sobrevivência. A ausência do acesso à eletricidade está diretamente vinculada ao estado de pobreza e às condições indignas em que algumas comunidades no Brasil, principalmente as mais isoladas dos centros urbanos, se encontram. O acesso aos serviços públicos de eletricidade é fator determinante para a preservação da dignidade humana, princípio constitucional insculpido no art.1º da Constituição Federal, e para a promoção do desenvolvimento, figurando-se como um direito de todos e dever do Estado de atuar no sentido de universalizar o acesso a este bem. Diante disso, a presente pesquisa se debruça, principalmente, sobre a análise de seu enquadramento como direito social fundamental e sua importância para o desenvolvimento nacional. Para isto, utiliza a metodologia do tipo teórico-descritiva, com análise bibliográfica e normativa, em especial a Constituição Federal de 1988. O estudo em questão ainda aborda a forma de atuação do Estado no setor energético, de maneira a dar efetividade ao direito social fundamental de acesso à eletricidade, as características do serviço público de energia elétrica, incluindo os princípios que o norteiam, o papel das políticas públicas na universalização desse acesso, em especial a análise do Programa Luz para Todos, e a função da regulação na implementação destas políticas e na prestação de serviços públicos adequados.

**PALAVRAS-CHAVE:** ENERGIA – DIREITOS FUNDAMENTAIS – ATUAÇÃO ESTATAL



## ABSTRACT

Electrical energy today is an essential element in the life of any human being. Through the access to electrical energy it is possible to enjoy dignified conditions of life, having in mind the possibility of making use of minimal material conditions of life. The lack of access to electricity is directly linked to poverty and degrading conditions of life, in which are some communities in Brazil, especially the more isolated from urban centers. Access to the electric service is a determining factor for the preservation of human dignity, constitutional principle inscribed in the art.1 of the Federal Constitution, and the promotion of development, being a right of everyone and a duty of the State to promote universal access. For that reason, focuses mainly on the analysis of their setting as a fundamental social right and its importance for national development. For this, the theoretical and descriptive method was used, with normative and literary analysis, in particular the Constitution of 1988. This study also discusses the form of action of the State in the energy sector, to give effect to the fundamental social right of access to electricity, the characteristics of public service and the principles that guide it, in addition to the role of public policies in universalization of access, in particular the analysis of the Program *Luz para Todos*, and the function of regulation in the implementation of these policies and the provision of adequate public services.

**KEYWORDS:** ENERGY - FUNDAMENTAL RIGHTS - STATE POLICIES.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 2 – A DIMENSÃO HUMANA DA ENERGIA</b> .....	15
2.1 ENERGIA E SUA RELAÇÃO COM A DIGNIDADE HUMANA.....	21
2.2 A DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO DA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA.....	26
<b>CAPÍTULO 3 – A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA E O SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA</b> .....	33
3.1 A CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E O NOVO PAPEL DO ESTADO.....	33
<b>3.1.1 A EXISTÊNCIA DIGNA E A ORDEM ECONÔMICA NACIONAL</b> .....	36
3.2 AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA.....	39
<b>3.2.1. PAPEL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NO CENÁRIO ECONÔMICO</b> .....	41
<b>3.2.2 A DEFINIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO E AS CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA</b> .....	43
3.2.2.1 A atuação do Estado e os serviços públicos.....	45
3.2.2.2 Da definição de serviços públicos.....	48
3.2.2.3 As características do serviço público de energia elétrica.....	52
3.2.2.3.1 Princípio da generalidade.....	54
3.2.2.3.2 Princípio da continuidade.....	55
3.2.2.3.2.1 Interrupção do serviço de fornecimento de energia elétrica. Abuso ou direito? ....	54
3.2.2.3.3 Princípio da regularidade.....	62
3.2.2.3.4 Princípio da eficiência.....	64
3.2.2.3.5 Princípio da cortesia.....	65
3.2.2.3.6 Princípio da modicidade.....	66
3.2.2.3.7 Princípio da segurança.....	68
3.2.2.3.8 Princípio da atualidade.....	69
<b>CAPÍTULO 4 – A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	70
4.1 A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA .....	70
4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS .....	75
4.3 O PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ENERGIA ELÉTRICA – PROGRAMA LUZ PARA TODOS.....	78

<b>4.3.1 OS ÍNDICES DE UNIVERSALIZAÇÃO NO BRASIL E NO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE.....</b>	<b>84</b>
4.4 A REGULAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A UNIVERSALIZAÇÃO .....	86
<b>CAPÍTULO 5 – O ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA COMO DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>94</b>
5.1 O ACESSO À ENERGIA E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO .....	102
<b>5.1.1 A ENERGIA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....</b>	<b>107</b>
<b>CAPÍTULO 6 - CONCLUSÃO .....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>120</b>
ANEXO A – LEI FEDERAL Nº 10.438 DE 26 DE ABRIL DE 2002.....	128
ANEXO B - DECRETO FEDERAL Nº 4.873 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003.....	146
ANEXO C – MANUAL DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS, VERSÃO 6.0, ANEXO À PORTARIA Nº 85 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2009. ....	149